



ESCOLAS ATENDIDAS POR INTÉRPRETES DE LIBRAS NA CIDADE DE JOÃO PESSOA/PB

Anna Clara Targino Moreira Spinelli¹; Adrielly Ferreira da Silva¹; Pietra Rolim Alencar Marques Costa¹

¹ *Licenciandas em Ciências Biológicas, Universidade Federal da Paraíba. E-mail: anna_clarasp@hotmail.com*

Resumo: A LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais é a língua por meio da qual uma parcela expressiva de surdos brasileiros se comunica. Língua essa que enfrentou inúmeros obstáculos para se tornar, em 2002, uma língua oficial em território nacional com a promulgação da Lei Federal nº. 10.436, de 2002. Esta Lei permite aos estudantes surdos o acesso à escola, tornando LIBRAS uma disciplina do componente curricular, além de ser obrigatória na formação e capacitação do professor. Como resultado de políticas públicas educacionais criou-se o Atendimento Educacional Especializado – AEE, o qual funciona como retaguarda na oferta de possibilidades de os alunos com surdez aprenderem nas turmas comuns de ensino regular. Esse atendimento se propõe a quebrar barreiras linguísticas e pedagógicas que interferem na inclusão escolar dos alunos com surdez. Apesar da abordagem bilíngue e da aceitação da língua de sinais e da cultura surda, muitos professores ouvintes, que ensinam crianças surdas não dominam o conteúdo linguístico desta língua e, portanto, não são fluentes e mesclam a língua oral com a de sinais ao ensinar seu aluno surdo. Nesse contexto, mostra-se a importância de intérpretes da língua LIBRAS e demais profissionais da educação especial como auxiliares na conjuntura educacional. Essa importância é notável ao assegurar uma das mais importantes vertentes desse ambiente social, que é a comunicação. Esta pesquisa surge com o objetivo de fazer o levantamento de quantas escolas do município de João Pessoa/PB são atendidas por intérpretes de LIBRAS através de caráter exploratório de pesquisa documental. Observou-se, portanto, que ainda são poucas as Escolas Estaduais e Municipais da cidade de João Pessoa-PB que trabalham com este profissional, sendo deficiente, neste aspecto, na proporção de um ambiente inclusivo.

Palavras-chave: Intérprete, LIBRAS, Escolas, João Pessoa, Paraíba.

Introdução

A LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais é a língua por meio da qual uma parcela expressiva de surdos brasileiros se comunica. Língua essa que enfrentou inúmeros obstáculos para se tornar, em 2002, uma língua oficial em território nacional com a promulgação da Lei Federal nº. 10.436, de 2002 que assim a reconhece:

Art. 1º É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados.

Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora,



com estrutura gramatical própria, constituem um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil. (BRASIL, 2002, p.1).

Observa-se, portanto, que esta Lei permite aos estudantes surdos o acesso à escola, tornando LIBRAS uma disciplina do componente curricular, além de ser obrigatória na formação e capacitação do professor. De acordo com Damázio (2007), a abordagem educacional por meio do bilinguismo visa capacitar o indivíduo para a utilização de duas línguas no cotidiano escolar e na vida social, ou seja, a LIBRAS e a língua da comunidade ouvinte.

No Brasil, de acordo com essa abordagem, as experiências escolares são muito recentes e as propostas pedagógicas nessa linha ainda não estão sistematizadas. Acrescenta-se a essa situação, a existência de trabalhos equivocados, ou seja, baseados em princípios da comunicação total, mas que são divulgados como trabalhos baseados na abordagem por meio do bilinguismo.

Apesar da abordagem bilíngue e da aceitação da língua de sinais e da cultura surda, muitos professores ouvintes, que ensinam crianças surdas não dominam o conteúdo linguístico desta língua e, portanto, não são fluentes e mesclam a língua oral com a de sinais ao ensinar seu aluno surdo. Nesse contexto, mostra-se a importância de intérpretes da língua LIBRAS e demais profissionais da educação especial como auxiliares na conjuntura educacional.

Como resultado de políticas públicas educacionais criou-se o Atendimento Educacional Especializado – AEE, o qual funciona como retaguarda na oferta de possibilidades de os alunos com surdez aprenderem nas turmas comuns de ensino regular. Esse atendimento se propõe a quebrar barreiras linguísticas e pedagógicas que interferem na inclusão escolar dos alunos com surdez.

Relativo a escolarização das pessoas com surdez, Damázio (2007) alega que as práticas pedagógicas constituem o maior problema, ou seja, torna-se urgente, repensar essas práticas para que esses alunos não acreditem que suas dificuldades para o domínio de determinado conhecimentos sejam advindas dos limites que surdez lhes impõe, mas principalmente pelas metodologias adotadas para ensiná-los.

Portanto, o profissional intérprete de LIBRAS tem a função de ser o canal comunicativo entre o aluno surdo, o professor, os colegas e a equipe escolar. Seu papel em sala de aula é servir como tradutor entre pessoas que compartilham línguas e culturas diferentes. Essa atividade exige estratégias mentais na arte de transferir o conteúdo das explicações, questionamentos e dúvidas, viabilizando a participação do aluno em todos os contextos da aula e fora dela, nos espaços escolares.

Dessa forma, tendo em vista que a educação inclusiva assume espaço central no debate acerca da sociedade contemporânea e do papel da escola na superação da lógica da exclusão esta pesquisa surge com o objetivo de fazer o levantamento de quantas escolas do município de João Pessoa/PB são atendidas por intérpretes de LIBRAS. Indica-se que este tema compõe um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença com valores indissociáveis.

Metodologia

Esta pesquisa, quantos aos objetivos, é de caráter exploratório, a qual proporciona maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses (GIL, 2007) assumindo propriedades da pesquisa documental de acordo com os procedimentos técnicos empregados. A pesquisa documental recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas, tapeçarias, relatórios de empresas, vídeos de programas de televisão, etc. (FONSECA, 2002, p. 32).

Com o desígnio de responder aos objetivos deste estudo, buscou-se os dados das escolas municipais de ensino de João Pessoa na Secretaria de Educação e das escolas estaduais da referida cidade, na Fundação Centro Integrado de Apoio ao Portador de Deficiência - FUNAD. Esta instituição, é um Órgão do Governo do Estado da Paraíba, vinculada à Secretaria Estadual de Educação, onde as pessoas com deficiência são atendidas por uma equipe multidisciplinar ofertada pela instituição.



Resultados e Discussão

Após o levantamento dos dados, constatou-se que das 95 escolas municipais de João Pessoa, apenas 13 possuem profissional intérprete de LIBRAS (Fig. 1). E do total de 132 escolas estaduais em João Pessoa, apenas 16 possuem o mesmo profissional (Fig. 2).

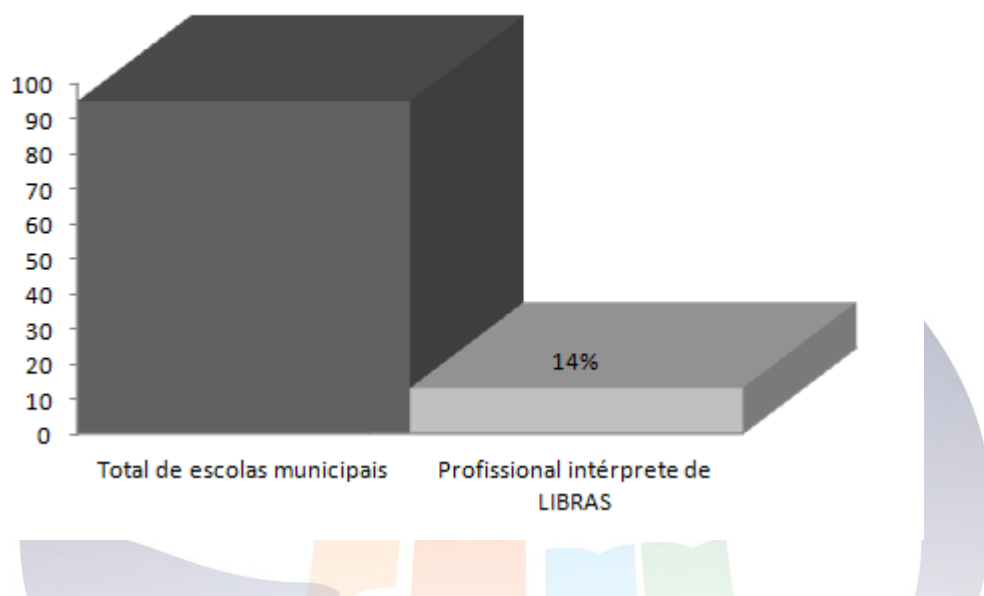


Figura 1 - Proporção da quantidade de Escolas Municipais que possuem profissional intérprete de LIBRAS. Fonte: Dados de pesquisa, 2016.

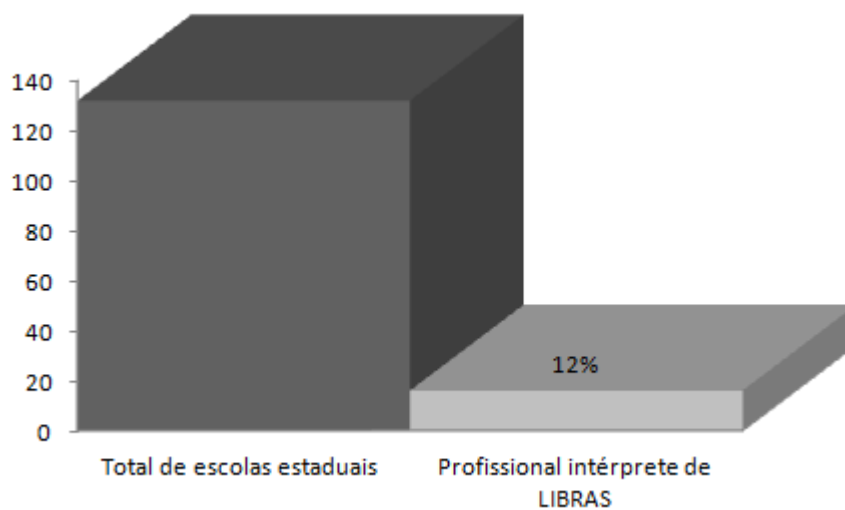




Figura 2 - Proporção da quantidade de Escolas Estaduais que possuem profissional intérprete de LIBRAS. Fonte: Dados de pesquisa, 2016.

Segundo Santiago (2015), a distribuição de interpretes nas escolas municipais de João Pessoa, não é equitativa. Visto que, em seu estudo, foi percebido que as escolas contempladas com intérpretes de LIBRAS, possuíam um número muito pequeno de profissionais da área. Sendo assim, apenas um intérprete estava atendendo a um grande número de alunos surdos, impossibilitando que o estudante disponha de um acompanhamento eficaz.

Outro obstáculo enfrentado é a não capacitação dos profissionais da educação para atuarem na aprendizagem dos alunos surdos, conforme discutido por Lacerda (2007). O mesmo autor ressaltou a importância da formação continuada e reflexão das práticas realizadas, em razão de que os discentes necessitam buscar formas para melhor atender aos estudantes surdos.

Das escolas em atividade localizadas em João Pessoa - PB que oferecem serviços de AEE (Atendimento Educacional Especializado), do total de Escolas Municipais (38), apenas 7 oferecem no turno oposto ao das atividades escolares o ensino da Língua Brasileira de Sinais (Fig. 3). E do total de Escolas Estaduais (20), 10 oferecem este mesmo ensino (Fig. 4).

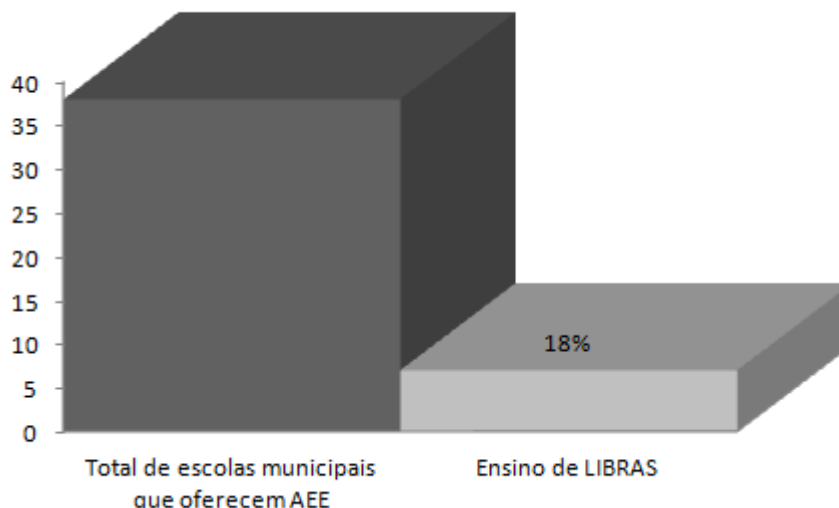


Figura 3 - Proporção de Escolas Municipais que oferecem AEE e possuem ensino de LIBRAS. Fonte: Dados de pesquisa, 2016.

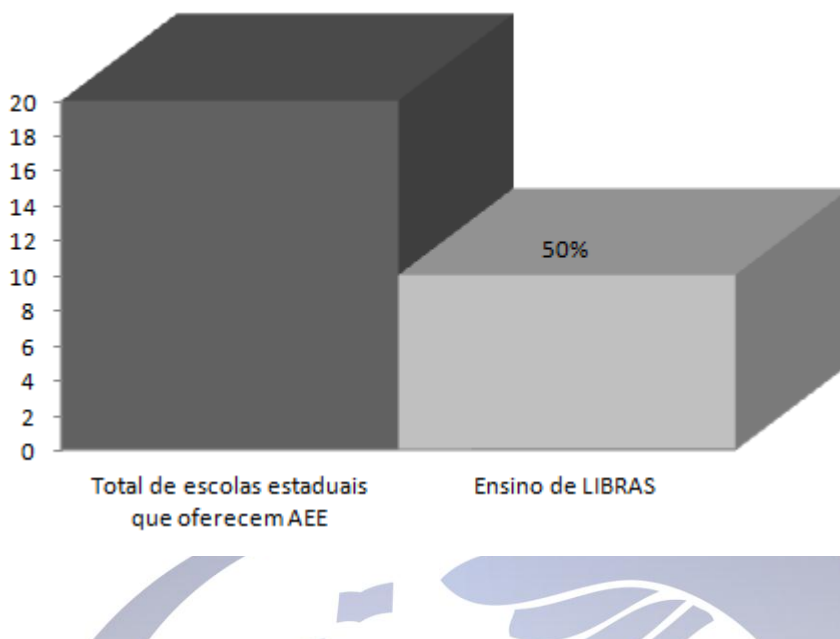


Figura 4 - Proporção de Escolas Municipais que oferecem AEE e possuem ensino de LIBRAS.
Fonte: Dados de pesquisa, 2016.

Santiago (2015) relatou em seu trabalho que apenas quatro escolas municipais de João Pessoa possuem local apropriado para execução do AEE. O mesmo autor observou que nenhuma das escolas municipais apresentam o mesmo serviço conforme está previsto na legislação contendo três atendimentos específicos. O primeiro prevê ensino de língua de sinais, o segundo prevê o ensino através de conteúdos escolares por meio da língua de sinais e o terceiro prevê o ensino da língua portuguesa (MEDEIROS, 2012).

Segundo Santos (2013), devido a seu caráter para atingir um público específico, a AEE (Atendimento Educacional Especializado) mostra-se como a possibilidade de uma esfera factível à aprendizagem da língua de sinais, visto que não necessita de um processo exaustivamente burocrático e entres técnico-administrativos.

Este ensino assume ainda, cunho de extrema importância no desenvolvimento linguístico do aluno, visto que a maioria da população surda não possui a Língua de Sinais como língua materna por serem filhos de ouvintes e, por conseguinte, chegam à escola sem ter adquirido uma língua



(PELUSO, 1999; SVARTHOLM, 1999 *apud* LOUREIRO, 2006). Portanto, este ambiente possibilitaria a aquisição de sua primeira língua.

Conclusões

A importância da existência do profissional intérprete de LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) nas escolas é notável ao assegurar uma das mais importantes vertentes desse ambiente social, que é a comunicação. É observado que ainda são poucas as Escolas Estaduais e Municipais da cidade de João Pessoa-PB que trabalham com este profissional, sendo deficiente, neste aspecto, na proporção de um ambiente inclusivo.

Referências

BRASIL. **Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002**. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em <<http://www.presidencia.gov.br/CCIVIL/LEIS/2002/L10436.htm>>. Acesso em 31 de agosto de 2016.

DAMÁZIO, M. F. M. **Atendimento Educacional Especializado: Pessoa com surdez**. 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aee_da.pdf>. Acesso em 29 agosto 2016.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

LACERDA, C. B. F.; LODI, A. C. B. **A difícil tarefa de promover uma inclusão escolar bilíngue para alunos surdos**. In: 30ª REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 2007, Caxambu. Anais da 30ª reunião nacional da ANPED. Rio de Janeiro: ANPED, 2007. v. 1. p. 1-14.

LOUREIRO, V. R. **A política de inclusão escolar no Brasil: pensando o caso dos surdos**. Informativo Técnico-Científico Espaço, INES - Rio de Janeiro, n. 25/26, p.12, 2006.

MEDEIROS, P. H. M. F. et al. **Do censo demográfico ao censo escolar: A triste imagem da exclusão de pessoas com deficiência**. 2012. Disponível em <<http://profasandrasantiago.blogspot.com.br/2012/11/v-behaviorurldefaultvmlo.html>>. Acesso em 31 de agosto de 2016.



II CINTEDI
II CONGRESSO INTERNACIONAL DE
EDUCAÇÃO INCLUSIVA
II Jornada Chilena Brasileira de Educação Inclusiva

16 a 18
NOVEMBRO
2016
LOCAL DO EVENTO
CENTRO DE CONVENÇÕES
RAYMUNDO ASFORA
GARDEN HOTEL
CAMPINA GRANDE-PB

SANTIAGO, S.A.S. Políticas públicas inclusivas na educação básica: refletindo sobre a situação do estudante surdo nas escolas de João Pessoa/ PB. **Espaço Do Currículo**, v.8, n.1, p.119-135, 2015.

SANTOS, W. J. Ambiente de Ensino-Aprendizagem da LIBRAS: o AEE para alunos surdos. **Revista Virtual De Cultura Surda**. Edição nº 11. 2013.

